

Igualdade de gênero na participação do mercado de trabalho formal de Santarém-PA: realidade ou utopia?

Gender equality in the participation of the formal labor market of Santarém-PA: reality or utopia?

Igualdad de género en la participación del mercado laboral formal de Santarém-PA: ¿realidad o utopía?

Recebido: 11/10/2021 | Revisado: 16/10/2021 | Aceito: 17/10/2021 | Publicado: 19/10/2021

Lorena de Sousa Marques

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6458-0428>

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

E-mail: lorena04_stm@hotmail.com

Brena do Nascimento Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0660-8514>

Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

E-mail: brenanc16@gmail.com

Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5593-552X>

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

E-mail: zilda.santos@ufopa.edu.br

Andréa Simone Rente Leão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4126-8244>

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

E-mail: andrea.leao@ufopa.edu.br

Tarcísio da Costa Lobato

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2002-5622>

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

E-mail: tarcisio.lobato@ufopa.edu.br

Resumo

O mercado de trabalho tem passado por diversas mudanças ao longo dos anos, resignificando o papel da mulher e isto fez com que a compreensão do desenvolvimento produtivo passasse a ser observada por novas óticas. Desse modo, o objetivo deste trabalho é investigar se existirá convergência para igualdade de gênero na participação do mercado de trabalho formal santareno. A base de dados foi extraída do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em que se utilizou informações sobre as admissões registradas no período de 2004 a 2019. Para alcançar o objetivo, utilizou-se o modelo Autorregressivo Integrado de médias Móveis – ARIMA para estimar quando as diferenças das admissões dentre os gêneros convergem para zero. Os resultados indicam que o grau de escolaridade é um fator importante para o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho formal. Ademais, por meio do modelo ARIMA (0, 1, 1) foi possível estimar, em média, a convergência da igualdade de gênero no mercado de trabalho formal, realidade que deve acontecer em novembro de 2037, em um cenário mais pessimista, em julho de 2065.

Palavras-chave: Santarém; Arima; Trabalho formal; Igualdade de gênero.

Abstract

The labor market has undergone several changes over the years, resignifying the role of women and this made the understanding of productive development come to be observed by new perspectives. Thus, the objective of this work is to investigate whether there will be convergence towards gender equality in the participation of the santareno formal labor market. The database was extracted from the General Register of Employees and Unemployed (CAGED), in which information on registered admissions was used from 2004 to 2019. To achieve the objective, the Integrated Autorregressive Model of Moving Averages – ARIMA was used to estimate when differences in admissions between genders converge to zero. The results indicate that the level of education is an important factor for the growth of women's participation in the formal labor market. Moreover, through the ARIMA model (0, 1, 1) it was possible to estimate, on average, the convergence of gender equality in the formal labor market, reality that should happen in November 2037, in a more pessimistic scenario, in July 2065.

Keywords: Santarém; Arima; Formal work; Gender equality.

Resumen

El mercado laboral ha sufrido varios cambios a lo largo de los años, resignificar el papel de la mujer y esto hizo que la comprensión del desarrollo produtivo llegara a ser observada por nuevas perspectivas. Así, el objetivo de este trabajo

es investigar si habrá convergencia hacia la igualdad de género en la participación del mercado laboral formal santareno. La base de datos se extrajo del Registro General de Empleados y Desempleados (CAGED), en el que se utilizó información sobre las admisiones registradas en el período de 2004 a 2019. Para lograr el objetivo, se utilizó el modelo Autorregresivo Integrado de Medias Móviles - ARIMA para estimar cuándo se encuentran las diferencias en las admisiones las admisiones entre géneros convergen a cero. Los resultados indican que el nivel de educación es un factor importante para el crecimiento de la participación de las mujeres en el mercado laboral formal. Además, a través del modelo ARIMA (0, 1, 1) fue posible estimar, en promedio, la convergencia de la igualdad de género en el mercado laboral formal, una realidad que se espera que suceda en noviembre de 2037, en un escenario más pesimista, en julio de 2065.

Palabras clave: Santarém; Arima; Trabajo formal; Igualdad de género.

1. Introdução

As rápidas e significativas transformações nas relações de trabalho existentes no mundo desencadearam novas óticas na compreensão do desenvolvimento produtivo. Essas transformações ocorreram não somente no âmbito das técnicas de produção e na introdução de novas tecnologias, ocorreram também na estrutura da mão de obra ocupada, destas mudanças, destaca-se a ampliação da utilização da força de trabalho feminina (Medeiros et al., 2020).

O crescimento econômico permitiu às mulheres dar continuidade ao processo de consolidação de sua participação na atividade econômica, melhorando o perfil qualitativo de sua absorção (Leone, 2018). Porém, ainda que a participação da mulher no mercado de trabalho tenha de fato aumentado, ainda existe um persistente e relevante diferencial entre as taxas de participação de mulheres e homens (Costa, 2007).

É importante então, introduzir conceitos da Economia Feminista, onde a crítica pela não incorporação da mulher no mercado de trabalho e pela desigualdade de gênero na sociedade em geral tomou força. Apesar de não ser possível explicar com exatidão o surgimento do pensamento feminista pelo fato de não existir registros no início da periodização das épocas históricas da humanidade, é possível, por outro lado, pontuar acontecimentos históricos que desenharam a luta da mulher em busca de igualdade de gênero e de oportunidades no mercado de trabalho, para que se chegasse ao escopo do movimento da atualidade.

Nesse sentido, destacam-se De Christine de Pisan durante o Renascimento, com sua crítica a misoginia presente em sua época predominantemente machista, passando por Marie Gouze no ápice da Revolução Francesa, com sua reivindicação política propondo a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, à Simone de Beauvoir, em uma luta mais aberta para evidenciar a condição feminina na sociedade (Grubba; Monteiro, 2017).

A luta destas mulheres por visibilidade produziu indiretamente a introdução do gênero como categoria analítica na economia, que traz uma visão que a economia tradicional não possuía e evidencia um importante ponto negligenciado nas relações de trabalho, enfatizado por Fernandez (2018) que a economia tradicional não contempla em seu objeto de estudo a perspectiva de gênero, vale dizer, a possibilidade de que, no espaço econômico, o tratamento dado a homens e mulheres possa ser diferente (e no caso, discriminatório para com as mulheres) como consequência dos distintos papéis sociais que historicamente tem desempenhado. Tampouco aborda a produção doméstica, há tempos predominantemente feminina e a troca de valores de uso.

Nesse contexto, alguns estudos na literatura visam determinar quais fatores podem estar relacionados com a inserção e/ou crescimento a participação feminina no mercado de trabalho, em que analisam o nível educacional das mulheres, a situação conjugal das mesmas, bem como o contexto familiar em que a mulher está inserida, presença de filhos, dentre outros fatores (Soares; Izaki, 2002; Ramos, Águas; Furtado, 2011; Barbosa, 2014; Cunha; Vasconcelos, 2016; Barbosa; Costa, 2017; Leone, 2018; Medeiros et al, 2020).

Tendo como inspiração a luta das mulheres em busca de um lugar no mercado de trabalho como uma possível via de encontro à sua independência e liberdade, busca-se, portanto, aplicar um modelo de séries temporais que estime o ano em que

os dados irão convergir para que a diferença de admissões de homens e mulheres seja igual à zero, ou seja, que exista igualdade de gênero nas admissões do mercado de trabalho formal do município de Santarém.

2. Referencial teórico

2.1 Economia feminista

O pensamento feminista enquanto vertente teórica provém de diversas escolas da economia e diferentes frentes políticas, diversidade esta que promove metodologias distintas, porém, a despeito da pluralidade de raízes teóricas, existe um denominador comum que permite a visualização da economia feminista como um todo, que é a introdução do gênero como uma das variáveis para ser utilizada como categoria analítica na economia (Fernandez, 2018).

A introdução do gênero como categoria analítica na economia traz uma visão que a economia tradicional não possuía, onde nesta se considerava apenas bens e serviços aos quais foi atribuído um preço devido às relações/transações de mercado, portanto, como consequência, negligenciando um ponto importante nas relações de trabalho. Este ponto é enfatizado por Fernandez (2018):

A economia tradicional não contempla em seu objeto de estudo a perspectiva de gênero, vale dizer, a possibilidade de que, no espaço econômico, o tratamento dado a homens e mulheres possa ser diferente (e, no caso, discriminatório para com as mulheres) como consequência dos distintos papéis sociais que historicamente têm desempenhado. Tampouco aborda a produção doméstica e a troca de valores de uso. (Fernandez, 2018, p 560).

A Economia Feminista põe em evidência e faz crítica a não incorporação das mulheres e o trabalho feminino na economia. A retórica é importante visto que a desigualdade entre gêneros no mercado de trabalho acaba por dificultar o desenvolvimento de um país como um todo, pois, ainda que as desigualdades apresentem impactos negativos principalmente na população feminina, os custos implicados se refletem nos dados de produção, consumo e investimentos do país (Kon, 2013).

A autora supracitada mostra através da observação da realidade, o meio pelo qual se tem a base das transformações teóricas e como as relações de gênero impactam grandemente a segmentação do mercado de trabalho. Entende-se aqui então o ponto principal da Economia Feminista, onde é necessário a atualização ou modernização das questões referentes a oferta e procura, desemprego, precarização, hierarquização e segmentação, e principalmente o abandono da concepção patriarcal de que a mulher é uma força de trabalho secundária, para que esta seja inclusa no mercado de trabalho de forma igualitária.

2.2 Contexto brasileiro

Trazendo para o contexto brasileiro, registra-se como a primeira destas tendências, já durante a década de 40, o movimento sufragista, que teve como principal ativista Bertha Lutz. Este período é considerado um momento de caráter conservador do feminismo, onde ainda não havia o questionamento da opressão sofrida pelas mulheres neste país (Alves & Alves, 2013).

Durante o decorrer dos anos 50 no Brasil, com o fim da Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a ascensão da classe média. A população brasileira viu o país crescer e se desenvolver, o crescimento da urbanização e industrialização trouxeram inerente aos seus escopos o aumento das possibilidades de educação, profissionalização e oportunidades de emprego para ambos os sexos. Nesta época, a maioria dos discursos políticos eram marcados principalmente por ideais que fomentavam o sentimento de democracia e participação popular. Este foi um período na história do Brasil em que a vida familiar sofreu certas modificações, percebeu-se a diminuição nas diferenças entre homens e mulheres, porém, as distinções dos papéis realizados entre ambos os sexos permaneceram bastante evidentes, e ainda que o trabalho da mulher passasse a ser mais comum,

continuava sendo visto pela maioria da sociedade como secundário, já que neste momento a figura do homem ainda estava na posição de chefe da casa (Rocha; Keske, 2018).

Foi durante a ditadura militar que se instaurou no Brasil, quando existiam torturas a presos políticos, homens, mulheres e crianças que estariam, supostamente, participando de movimentos políticos contrários ao regime instalado, que o movimento feminista tomou frente e conseguiu promover uma série de argumentos que trouxeram luz às violências contra as pessoas e também contra as mulheres na esfera doméstica (Soares, 1994), trazendo à tona importantes pontos para buscar tornar o debate presente.

Durante os anos 70, o movimento de mulheres que se apresenta acaba por romper com uma tradição em que as mulheres se manifestavam publicamente majoritariamente em favor dos valores tradicionais e conservadores, como ocorrido com a Marca da Família com Deus e a Propriedade, que precedeu o Golpe Militar, na maioria das vezes persuadidas por seus cônjuges. Este movimento trouxe uma mudança, uma versão reinventada da mulher brasileira, esta que vai as ruas na busca e defesa de seus direitos e necessidades, esta que realiza manifestações notáveis em denúncia das desigualdades existentes para com seu gênero (Soares, 1994). Neste ponto, torna-se importante elucidar que as regras autoritárias da época impostas pelos militares, que tinham a intenção de despolitizar os cidadãos e restringir seus direitos, terminaram por dar voz à mobilização das mulheres que geralmente eram marginalizadas em todos os âmbitos, principalmente no âmbito político.

Ainda em meados dos anos 70, a maioria dos grupos feministas do Brasil foram criados e nasceram com o intuito e compromisso de lutar não somente pela igualdade das mulheres, mas também pela anistia e abertura democrática. Tais grupos eram característicos pelo viés de reflexão que traziam e lidavam com certas pressões, e as feministas tinham como tarefa manifestar sua motivação original em proposições que se mostrassem relevantes para a grande massa das mulheres desprivilegiadas, para que estas se sentissem motivadas, de maneira que elas se mobilizassem contra toda a opressão de sexo e classe. Foi a partir daí então que as mulheres passaram a dirigir suas atuações, por meio dos grupos outrora recém-criados, para as lutas em suas comunidades e bairros, nas periferias urbanas, sejam em comunidades católicas ou clubes de mães, associações de vizinhanças ou mesmo entre as donas de casas, em quaisquer locais onde se reuniam, estas se mobilizavam mesmo por questões do cotidiano (Soares, 1994).

Ao recolocar o feminismo em um contexto histórico Cott (1987) demonstra que a palavra feminismo, em seu contexto atual, começou a ser utilizada na América apenas no primeiro decênio do século XX, estando em consonância com a terceira onda do feminismo de Freitag (2015), Cott, portanto, mostra que a definição operacional que esta propõe é além de funcional, completa, pois seus componentes são: a defesa da igualdade dos sexos ou apenas a oposição à hierarquia vigente dos sexos, o reconhecimento de que a condição das mulheres é construída socialmente e historicamente determinada pelos usos sociais e a identificação das mulheres enquanto grupo social. E por fim, elucidada-se que o feminismo enquanto ideologia é acessível tanto aos homens quanto às mulheres, mesmo que nem todas elas, ou mesmo eles, o aceitem (Cott, 1987).

2.3 A mulher e o mercado de trabalho

Santos e Alves (2016) consideram que a mulher sempre esteve presente em todo o processo evolutivo tanto social quanto econômico, mesmo que por muito tempo considerada apenas como coadjuvante, não constava ou passava desapercibida nos registros oficiais. Engajou-se na luta pela educação, direito a voto, independência, melhorias no que se referiam a condições de trabalho tanto para homens quanto para as próprias mulheres e também nas demais reivindicações de melhorias para a sociedade em geral.

O marco histórico que desencadeou uma nova perspectiva em relação ao papel representado pela mulher na sociedade, conforme afirma Hobsbawn (2004), foi exatamente a Revolução Francesa, ocorrida no ano de 1789. Em suas considerações, afirma ser a partir desse fato que as mulheres começaram a atuação na sociedade de maneira mais incisiva, com mais

importância. Dentre as inúmeras mudanças ocorridas desde então, pode-se destacar questões referentes a exploração da sua força de trabalho bem como a limitação dos seus direitos, este último que marcou de forma mais precisa, a atuação da mulher na busca das melhorias de condições de trabalho e vida, a partir do começo da atuação política, fim da prostituição, a busca por instrução e a procura da igualdade de direitos entre os sexos.

Após o que foi considerado o início do processo de entrada da mulher no mercado de trabalho com a Revolução Industrial, tem-se então o segundo ponto histórico que se mostra importante nas grandes conquistas e mudanças, onde ainda na segunda metade do século XVIII, com a I e posteriormente com II Guerra Mundial, marca-se com ainda mais ênfase a entrada da mulher no mercado. Entende-se que, como os homens eram chamados para as batalhas, as mulheres se encontravam na obrigação de tomar as responsabilidades de provento da casa e conseqüentemente assumir o posto de trabalho inicialmente dos homens. Quando os homens retornavam das batalhas, muitas vezes debilitados, sem condições de retomarem suas atividades, era aí então que as mulheres se estabeleciam a frente dos negócios com a finalidade de manter o sustento da casa (PROSBT, 2003).

De acordo com Souza e Santos (2014), foi durante o século XVIII/XIX, por meio da solidificação do capitalismo, que diversas transformações puderam acontecer na produção, nas organizações e no trabalho feminino. Com o crescimento industrial, fora proporcionado as mulheres a possibilidade de adquirirem novas tarefas, que anteriormente seriam realizadas apenas pelos homens. Por meio do desenvolvimento de novas tecnologias e aumento das melhorias em maquinários, a mão de obra feminina começou a se tornar importante pelo fato de ser um trabalho eficiente e principalmente de baixo custo, e isto trouxe então a disputa entre trabalho dos homens e mulheres.

Vale ressaltar que ainda em tempos de desenvolvimento do capitalismo, permaneciam os preconceitos patriarcais. Mulheres ficavam em casa ou eram encaminhadas a “profissões femininas”, as que eram consideradas como funções que priorizavam sua tendência “natural”, basicamente reduzida a cuidar de outras pessoas (Brandt, 1995).

Muitas vezes influencia na escolha ou não para um determinado emprego, a idade e a situação conjugal em que a mulher se encontra (Costa, 2007). Em estudos onde se observa a inserção da mulher e do homem no mercado de trabalho, é possível perceber que o papel feminino e masculino foi sempre bem definido no que diz respeito ao arranjo doméstico, onde a função do homem era primordialmente trabalhar e garantir o provento de sua família e a mulher tinha por obrigação cuidar dos filhos e das tarefas domésticas, e por consequência, se dedicava menos aos serviços profissionais (Matos; Machado, 2006).

Trazendo o contexto para a história brasileira, os estudos acerca da entrada das mulheres no mercado de trabalho começaram a se intensificar a partir dos anos 80, onde se verifica trabalhos pioneiros de autoras nacionais. As pesquisas destacam a presença das mulheres no mercado em constante crescente a partir dos anos 70, onde mesmo em décadas que foram caracterizadas pelo nível elevado de desemprego e um cenário de crise econômica, como o dos anos 80, mantiveram sua permanência crescente. Porém, estas mesmas pesquisas salientavam que essa inserção era marcada pelas diferenças salariais e pela alta concentração em setores ligados principalmente ao comércio e serviços, áreas de serviços sociais, trabalho doméstico e em ocupações consideradas mais vulneráveis e que não exigiam experiência nem maior qualificação profissional. Estas são as características que acompanham toda a trajetória da inserção das mulheres no mundo produtivo e tem suas raízes na divisão do trabalho por gênero e na presunção da atribuição as mulheres do trabalho reprodutivo (Cadernos de Formação, 2017).

Alguns direitos para a mulher em referência as relações no trabalho foram estabelecidas na Constituição de 32, onde estabelece que; sem distinção de sexo, todo trabalho de igual valor corresponde a salário igual; veda-se, portanto, o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas anteriores ao parto e quatro semanas posteriores a este; é proibido despedir mulher em gestação pelo simples fato da gravidez. Vedou-se ainda, o trabalho feminino das 22 horas às 5 horas da manhã (PROBST, 2003).

Tais direitos assegurados na Constituição Federal Brasileira deram espaço para que a mulher deixasse de ser

reconhecida somente pela realização de atividades domésticas, como mãe, como esposa dedicada e cuidadora do lar, possibilitando, portanto, a ocupação de uma posição mais independente na sociedade e participação mais ativa no mercado econômico.

Conforme os dados retirados do Censo de 1872, aproximadamente 52% do conjunto da população feminina que obtinha uma profissão, estavam registradas como empregadas domésticas ou costureiras. Nos Censos de 1872 e 1900 a taxa de ocupação pelo sexo feminino estava aproximadamente em 73%, sendo reduzido para apenas 17% no Censo de 1920, redução esta que se deu em consequência de que nos primeiros recenseamentos, grande parte das mulheres que constavam ocupadas com trabalho doméstico, não eram remuneradas, portanto foram desconsideradas nesta categoria. Nos Censos do período de 1920 a 1970, foram verificadas poucas alterações, onde a taxa de mulheres que obtinham uma ocupação remunerada variou entre 16,7% para 18,5%. Os dados existentes demonstram que a concentração de mulheres em certas áreas comportou-se de maneira proporcional ao desenvolvimento de toda a estrutura produtiva do país (Cadernos de Formação, 2017).

No entanto, na década de 1930, ainda com o processo de urbanização, não houve aumento relativo das mulheres na composição da força de trabalho. Porém, a partir dos anos 30 até a década de 50, cresce a presença das mulheres em atividades não remuneradas. Nesse período, a prematura indústria brasileira absorvia mão de obra majoritariamente masculina, enquanto as mulheres eram incorporadas em sua maioria em atividades mais tradicionais como os serviços domésticos, educacionais, sociais e de saúde (Saffioti, 2013).

Ainda no período do governo de Getúlio Vargas, especificamente nos anos de 1940 a 1942, uma série de ações na área trabalhista foram realizadas e modificaram totalmente as relações de trabalho. Foi criada a Consolidação das Leis de Trabalho, a CLT. Foram criados o salário-mínimo, organização em sindicatos, medidas que provocaram mudanças no mercado de trabalho embora a CLT focasse somente o trabalho urbano e não o trabalho agrícola (Cadernos De Formação, 2017).

É somente a partir da década de 1960 que mudanças mais significativas no mercado de trabalho brasileiro começam a aparecer. Nesta década, o país ainda era predominantemente rural, a economia brasileira era sustentada por alicerces que foram consolidados pela produção agrícola. A expansão industrial trouxe a mecanização do campo e com ela, o êxodo rural, onde a força de trabalho do campo deslocou-se para os grandes centros urbanos (Cadernos de Formação, 2017).

No que tange a evolução das mulheres na área rural, encontrou-se uma certa desaceleração em detrimento do crescimento do setor terciário, este resultante dos processos migratórios, e enquanto isto, a forte presença masculina no setor secundário da economia apresentava consolidação. Portanto, considera-se que esse primeiro momento de grande expansão da estrutura produtiva que se deu a partir dos anos 50, acabou por promover um crescimento de empregos mais voltados para o sexo masculino, enquanto os segmentos voltados para o (e estereotipados como) feminino, ao exemplo do setor têxtil e de vestuário, cresceram em um ritmo menor, absorvendo em consequência, um menor número de trabalhadoras (Cadernos de Formação, 2017).

Porém, ao analisar as outras vertentes do crescimento da época, identifica-se que diversos estabelecimentos comerciais cresceram em decorrência da expansão da indústria, e este facilitou o ingresso massivo de mulheres para as áreas que precisavam de um perfil de trabalho associado ao pequeno comércio, aos serviços pessoais e trabalho doméstico. Foram nessas áreas que as populações oriundas dos campos, expulsos pelo processo de modernização, encontraram emprego na cidade (Cadernos de Formação, 2017).

Considera-se que hoje, no mundo contemporâneo, as profissões que eram rotuladas como apenas para pessoas do sexo masculino, contam também com a presença feminina. Funções de liderança e gestão são exemplos da participação da mulher no mercado (Santos; Alves, 2016).

2.4 O trabalho invisível/não remunerado

A economia estabeleceu parâmetros para o que era considerado trabalho produtivo, onde a atividade exercida possui valor de troca, portanto, é remunerada pelo mercado e trabalho não produtivo, que é o restante do tempo não utilizado na função remunerada, ou seja, independentemente de utilizado para lazer ou ócio, cuidados pessoais ou com familiares, este é tido como secundário, pelo simples e único fato de não gerar remuneração sob as horas despendidas, portanto, é considerado inferior ao trabalho remunerado (Fernandez, 2018).

Esta foi por muito tempo a ótica que a economia teve em relação ao trabalho, em sua maioria das vezes, doméstico, realizado pelas mulheres, que o tempo utilizado em casa, realizando tarefas domésticas não deveria ser contabilizado como trabalho. É importante ressaltar que o trabalho não remunerado é constituído por uma série de atividades que asseguram a reprodução social do sistema, como por exemplo, o cuidado das crianças, idosos ou doentes (Cadernos De Formação, 2017).

Gelinsk e Ferreira (2004) direcionam o estudo para o problema da não contabilização do trabalho doméstico, afirmando que assim, cria-se uma distorção, visto que, na condição de trabalho “invisível”, ele acaba por não ter a possibilidade de ser objeto para políticas macroeconômicas. Nessa ótica, não ter o devido reconhecimento ao trabalho não remunerado, traz em consequência a não inclusão do recorte de gênero na elaboração dos orçamentos públicos.

Portanto, entende-se que ignorar esta modalidade de trabalho tende a criar distorções quanto a avaliação da capacidade produtiva real de um país.

3. Metodologia

3.1 Área de estudo e base de dados

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Santarém, município brasileiro do estado do Pará, o qual possui uma área de 22.887,080 km² e população estimada em 2020 de 306.480 habitantes (IBGE, 2020). O instituto estima que a população residente seja composta por 49,4% homens e 50,6% mulheres. O censo demográfico realizado no ano de 2010 apontou 121.505 pessoas economicamente ativas, sendo, portanto, 73.611 homens e 53.054 mulheres, um aumento de 22% para homens e 5,5% para mulheres em relação ao censo realizado nos anos 2000, onde homens economicamente ativos eram 60.285 e mulheres eram 50.289.

Os dados utilizados para verificar a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho de Santarém foram Admissões e Desligamentos, capturados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), visto que os dados são capazes de mostrar a inserção da mulher no mercado através dos números referentes às admissões. Os dados são alusivos aos anos de 2004 a 2019, período máximo em que há informações para todas as variáveis utilizadas nesta pesquisa.

Desta plataforma foram retiradas as informações que serviram de base para compreender os fatores que possuem influência na decisão de oferecer sua força de trabalho ao mercado, como as faixas etárias e nível de escolaridade. A análise das informações foi realizada de acordo com estas três características dos indivíduos: a) sexo; b) idade; c) grau de instrução.

Neste estudo, a variável sexo desconsidera, por falta de informações na plataforma do CAGED, a identificação de gênero dos indivíduos, portanto, se refere apenas ao sexo masculino e feminino, para caracterizar o gênero nos dados. Para a variável idade os dados são concentrados em três principais classes, indivíduos com até 29 anos, de 30 a 49 anos e com 50 ou mais anos de idade. Da mesma maneira, a variável que mede o grau de instrução foi agrupada em três classes, ou seja, indivíduos com até ensino fundamental completo, indivíduos que ingressaram no ensino médio, tendo concluído ou não, e indivíduos que ingressaram no nível superior, tendo concluído ou não.

3.2 Instrumental analítico

Para viabilizar a estimação de uma possível redução da diferença de inserção entre homens e mulheres no mercado de

trabalho formal de Santarém, será aplicada a análise de modelos de séries temporais. É válido compreender a definição de uma série temporal e qual a finalidade em utilizá-la nesse estudo, desta maneira, uma série temporal, também denominada série histórica, é uma sequência de dados obtidos em intervalos regulares de tempo durante um período específico, que podem ser apresentadas de maneira diária, mensal, semestral ou anual, desde que toda a série seja representada com a mesma periodicidade (Latore; Cardoso, 2001; Morettin, 2011).

Ao se analisar uma série temporal referente a uma determinada variável de interesse, é possível identificar padrões não aleatórios. Examinar este e os demais comportamentos da série nos permite realizar previsões a fim de orientar a tomada de decisão (Ehlers, 2007).

Uma série histórica pode ser composta por três componentes não observáveis, ou padrões não aleatórios como citado anteriormente, são eles: tendência (Tt), sazonalidade (St) e a variação aleatória denominada de ruído branco (at), além disso, uma das suposições mais usuais a respeito de uma série temporal é a estacionariedade, isto é, desenvolve-se no tempo, aleatoriamente em torno de uma média constante, implicando em alguma forma de equilíbrio estável. Ao analisar uma série histórica, deve-se estudar cada um destes componentes separadamente, retirando-se o efeito dos outros (Latore & Cardoso, 2001; Morettin; Tolo, 2006).

Nesse sentido, inicialmente será realizado o teste da estacionariedade da série, para tanto, será utilizado o teste de raízes unitárias. Se faz essencial testar a estacionariedade da série, pois ela é fundamental para a previsão com base na regressão de séries temporais, baseada na premissa de que o futuro irá se comportar de acordo com o passado (Bueno, 2011).

Para alcançar o objetivo serão utilizados os modelos de séries temporais univariadas. Segundo Morettin e Tolo (2006), tais modelos se referem a aqueles em que os valores correntes de uma série de tempo são relacionados apenas com seus próprios valores passados ou com os valores correntes e passados dos resíduos da série temporal. Desse modo, neste estudo será utilizado o Modelo Auto-Regressivo Integrado de Médias Móveis (ARIMA). Assim, com a estimação destes modelos poderá ser identificado aquele que melhor se ajusta as séries de dados.

Segundo Fava (2000), os modelos ARIMA resultam da combinação de três componentes denominados “filtros”: o componente auto-regressivo (AR), o filtro de integração (I) e o componente de médias móveis (MA). Uma série pode ser modelada pelos três filtros ou apenas um subconjunto deles.

Conforme apontam Morettin e Tolo (2006), a aplicação de modelos ARIMA, segue um ciclo iterativo da metodologia Box e Jenkins que são: identificação, estimação, verificação e a previsão. O passo da identificação consiste em verificar qual entre as várias versões do modelo ARIMA melhor explica o comportamento da série de dados, ela é baseada nos comportamentos da função de autocorrelação (FAC) e função de autocorrelação parcial (FACP).

Dessa forma, caso uma série seja representada por um modelo ARMA (p,q) e após a aplicação de d diferenças y_t se torne estacionária, pode-se dizer que y_t é descrito por um modelo ARIMA (p,d,q) representado por:

$$\Delta^d y_t = \phi_1 \Delta^d y_{t-1} + \dots + \phi_p \Delta^d y_{t-p} + \varepsilon_t - \theta_1 \varepsilon_{t-1} - \dots - \theta_q \varepsilon_{t-q} \quad (1)$$

Onde: $\Delta^d y_t$ indica a diferenciação da série em d vezes.

Onde: y é diferença entre o logaritmo das admissões dos homens pelas admissões das mulheres.

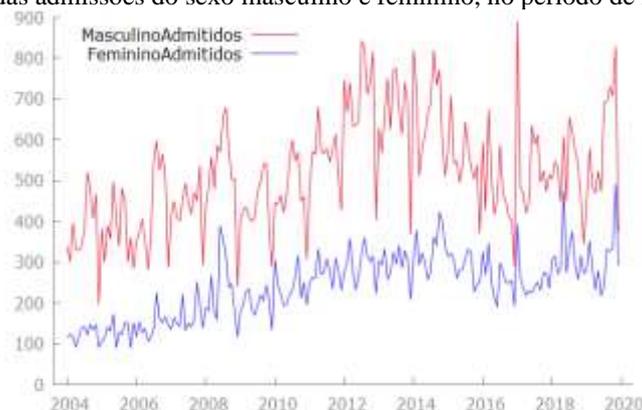
Para que o modelo ideal seja encontrado, a ordem do modelo será obtida por meio do pacote *forecast* do *software* R, que nos apresenta o melhor modelo para os dados utilizados, através do comando *auto.arima*, com o menor critério de informação, importante lembrar que quanto menor o critério de informação, melhor previsão o modelo terá. Os demais resultados serão obtidos pelo *Gretl*.

4. Resultados e Discussões

4.1 Análise exploratória dos dados

O comportamento das séries temporais que apresenta as admissões tanto para homens quanto para mulheres dentro do período de janeiro de 2004 a dezembro de 2019, tem bastante influência do cenário da conjuntura política e econômica do país. Percebe-se na Figura 1 a tendência crescente de 2004 até 2014, onde apresenta leve queda e o comportamento se torna mais constante.

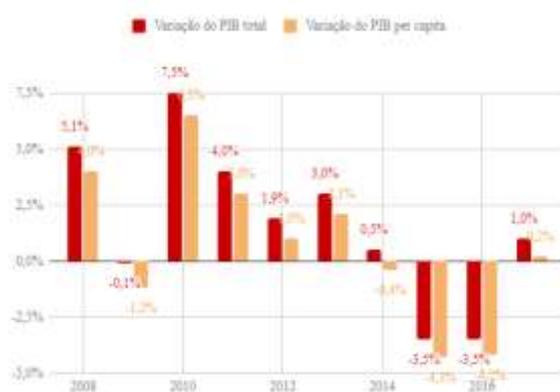
Figura 1. Série temporal das admissões do sexo masculino e feminino, no período de 2004 a 2019, Santarém-PA.



Fonte: Autores.

A Figura 2 nos apresenta a variação do PIB brasileiro entre os anos de 2008 a 2016 e ilustra o comportamento da economia e corrobora com o gráfico das admissões, visto que o ano crucial foi 2014, onde passa a registrar níveis negativos.

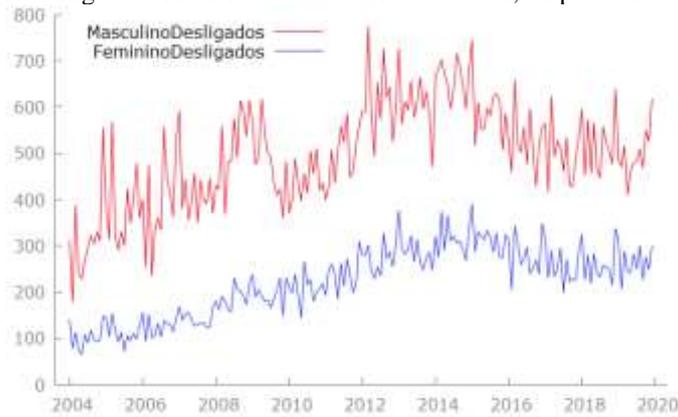
Figura 2. Variação do PIB e PIB per capita de 2008 a 2017.



Fonte: A gazeta do povo/IBGE.

A Figura 3 que apresenta a movimentação de desligamentos tanto para homens quanto para mulheres se comporta de maneira similar ao gráfico para admissões, possuindo uma alta variabilidade dos dados, mantém tendência crescente até meados de 2014 e após isto se mantém em um movimento mais constante.

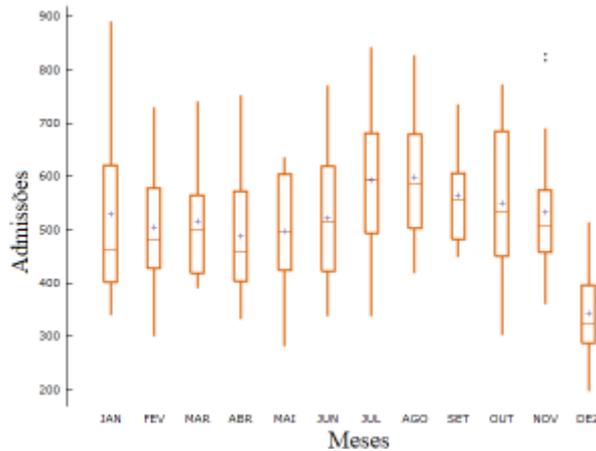
Figura 3. Série temporal dos desligamentos do sexo masculino e feminino, no período de 2004 a 2019, Santarém-PA.



Fonte: Autores.

A Figura 4 representa a variabilidade dos dados das admissões do sexo masculino em todos os meses para os anos de 2004 até 2019. Pelo box-plot consegue-se verificar que os meses possuem um comportamento semelhante, as médias e medianas estão sempre bem próximas. Nos meses de novembro, é possível verificar dois *outliers*, indicando que houve picos de admissões nos meses de novembro. Já nos meses de dezembro, há uma inesperada redução nas admissões masculinas, que possuem média, mediana e tamanho do box menor que em todos os outros meses analisados na pesquisa. Essa redução se torna inesperada por conta dos postos de trabalho temporários que usualmente são abertos em dezembro por conta dos feriados de natal e ano novo, que geralmente demandam maior mão de obra no mercado.

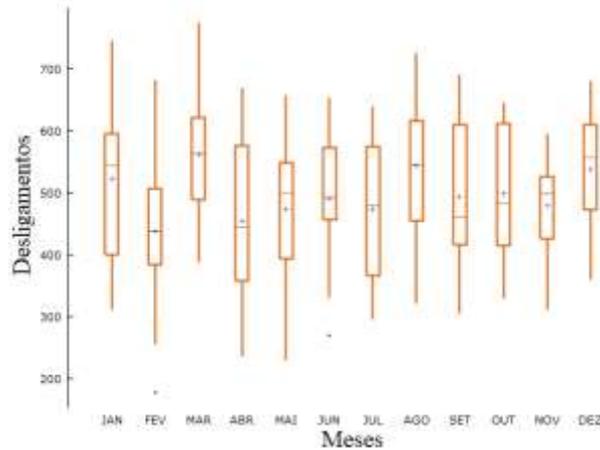
Figura 4. Box-plot mensal para as admissões masculinas de 2004 a 2019.



Fonte: Autores.

A Figura 5 representa a variabilidade dos desligamentos masculinos, é possível identificar uma espécie de constância nos dados, com médias muito próximas as medianas, tamanho dos box-plots semelhantes e observa-se apenas a presença de outliers nos meses de fevereiro e junho, indicando que houve um momento nesses meses em que houve desligamento muito abaixo das médias dos meses restantes.

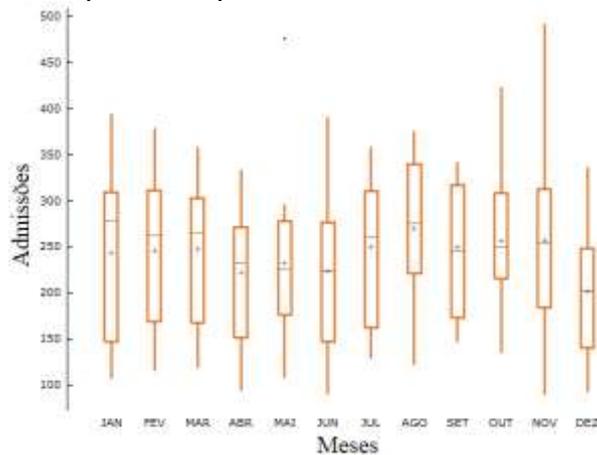
Figura 5. Box-plot mensal para os desligamentos masculinos de 2004 a 2019.



Fonte: Autores.

A Figura 6 representa a variabilidade dos dados em todos os meses do período analisado para as admissões do sexo feminino. É possível verificar um pico de admissões em um mês de maio, onde tem um *outlier* e o comportamento diferente nos meses de novembro, onde foi percebida a maior dispersão entre todos os meses. A Figura 7 representa a variabilidade dos dados entre todos os meses de 2004 a 2019 para os desligamentos femininos. O box para desligamentos femininos foram os que mais apresentaram dados dispersos, portanto maior variabilidade.

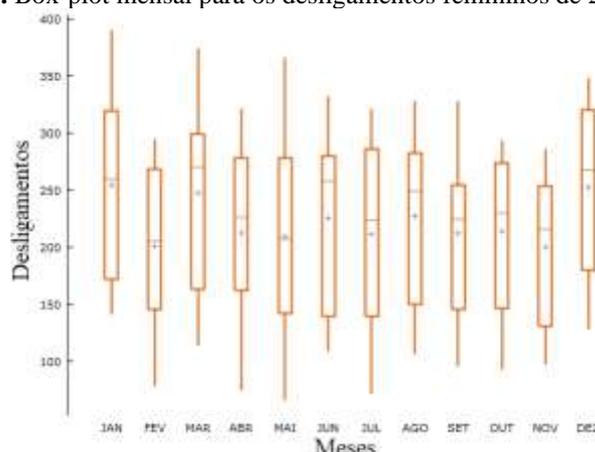
Figura 6. Box-plot mensal para as admissões femininas de 2004 a 2019.



Fonte: Autores.

A análise dos dados retirados do CAGED, segundo a Tabela 1 permitiu auferir que no ano de 2004, ano inicial da análise, 54% dos homens inseridos no mercado de trabalho tinham até o ensino fundamental completo, enquanto as mulheres eram apenas 11,9%. Dos dados femininos e masculinos para o ano de 2004, constata-se que 69,6% das mulheres admitidas no mercado de trabalho tinham ensino médio completo ou incompleto, frente a 41,1% dos homens. Para homens e mulheres com ensino superior completo ou incompleto, enquanto homens com este grau de escolaridade eram apenas 4,9% da série de dados, as mulheres tinham 18,4% dos seus indivíduos inseridos no mercado de trabalho.

Figura 7. Box-plot mensal para os desligamentos femininos de 2004 a 2019.



Fonte: Autores.

Para o ano de 2019, ano final desta análise, constatamos a evolução destes dados ao longo de 15 anos, e como esses dados nos trazem uma interpretação do que ocorreu neste período, apresentado na Tabela 2. Verifica-se que 15,2% dos homens inseridos no mercado formal tinham até fundamental completo, enquanto mulheres eram apenas 4,1%, uma redução de 55,6% para homens e 14,2% para mulheres em relação ao ano inicial da pesquisa.

Tabela 1. Admissões femininas e masculinas para o ano de 2004 com faixa etária e grau de escolaridade.

Escolaridade	Gênero	Até 29 anos	30 a 49 anos	50 ou mais	Total
Até Fund. completo	Masculino	2301 (27,99%)	1814 (22,07%)	326 (3,97%)	4441 (54,03%)
	Feminino	140 (5,2%)	166 (6,1%)	18 (0,7%)	324 (11,94%)
Médio (in)compl.	Masculino	2391 (29,09%)	905 (11,01%)	81 (0,99%)	3377 (41,08%)
	Feminino	1390 (51,2%)	465 (17,1%)	34 (1,3%)	5266 (69,63%)
Superior (in)compl.	Masculino	212 (2,58%)	168 (2,04%)	22 (0,27%)	402 (4,89%)
	Feminino	288 (10,6%)	193 (7,1%)	19 (0,7%)	902 (18,43%)
	Total masculino	4904 (59,66%)	2887 (35,12%)	429 (5,22%)	8220 (100%)
	Total feminino	1818 (67,01%)	824 (30,37%)	71 (2,62%)	2713 (100%)

Fonte: Autores.

Nos dados referentes ao ano de 2019, para indivíduos com ensino médio completo ou incompleto, tem-se 76,2% dos homens e 71,8% das mulheres, o que reflete um aumento de 192,9% para homens e 160,3% para mulheres em relação ao ano inicial de pesquisa. Em relação ao ensino superior, 8,6% dos homens tinham ensino superior completo ou incompleto. Em contrapartida, 24,1% das mulheres inseridas no mercado de trabalho tinha este mesmo grau de escolaridade. Isso representa um aumento em relação ao ano inicial desta pesquisa de 178,4% para homens e 229,8% para mulheres.

Tabela 2. Admissões femininas e masculinas para o ano de 2019 com faixa etária e grau de escolaridade.

Escolaridade	Gênero	Até 29 anos	30 a 49 anos	50 ou mais	Total
Até Fund. completo	Masculino	797 (6,1%)	981 (7,6%)	194 (1,5%)	1972 (15,19%)
	Feminino	85 (1,2%)	158 (2,3%)	35 (0,5%)	278 (4,06%)
Médio (in)compl.	Masculino	5308 (40,9%)	4179 (32,2%)	404 (3,1%)	9891 (76,19%)
	Feminino	2845 (41,6%)	1924 (28,1%)	148 (2,2%)	4917 (71,84%)
Superior (in)compl.	Masculino	525 (4,0%)	540 (4,2%)	54 (0,4%)	1129 (8,62%)
	Feminino	763 (11,1%)	829 (12,1%)	57 (0,8%)	1649 (24,09%)
	Total masculino	6630 (51,07%)	5700 (43,91%)	652 (5,02%)	12982 (100%)
	Total feminino	3693 (43,96%)	2911 (42,53%)	240 (3,51%)	6844 (100%)

Fonte: Autores.

Em números absolutos, mulheres admitidas no mercado de trabalho formal Santarém no ano de 2004 eram apenas 2.713 e em 2019 passaram a ser 6.844, o que representa um aumento 152%. A redução de admissões de mulheres com até ensino fundamental completo de 14,2%, em conjunto com o aumento de admissões de mulheres com médio completo ou incompleto de 160,3% e o aumento de admissão mulheres com ensino superior completo ou incompleto de 229,8% do ano inicial da pesquisa para o ano final da pesquisa, corroboram com o resultado obtido por Soares e Izaki (2002), Águas e Furtado (2011) e Barbosa (2014) quando concluem que o nível de escolaridade das mulheres explica a sua participação no mercado de trabalho, ou seja, tem um impacto positivo na probabilidade de a mulher participar do mercado de trabalho.

Compreende-se, portanto, que o crescimento da escolaridade dos trabalhadores formais de Santarém indica que houve uma procura de indivíduos mais qualificados.

Esse efeito pode ser atribuído à criação de programas sociais para certificar saberes adquiridos em ambientes escolares ou extraescolares, atribuindo certificados equivalentes a conclusão do ensino fundamental e ensino médio. Um dos exemplos é o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, o Enceja.

Em termos de ensino superior, esse efeito pode ser atribuído a criação de universidades públicas como a Universidade Federal Do Oeste do Pará- UFOPA em 2009, pode também ser atribuído a criação de programas sociais para a inclusão no ensino superior, a exemplo do ProUni (Programa Universidade Para Todos), que oferece bolsas de ensino integrais e parciais em universidades particulares, criado exatamente no ano inicial desta pesquisa, 2004, a exemplo também do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), criado em 1975, reformulado em 1999 e ampliado em 2010 ou a exemplo ainda do SISU (Sistema de Seleção Unificada), criado mais recentemente, em 2010.

No que se refere à faixa etária dos indivíduos inseridos no mercado de trabalho formal do município no ano de 2004, conforme apresentados na Tabela 1, homens com até 29 anos de idade representavam 59,7% do total de homens admitidos, enquanto mulheres com esta mesma faixa etária representavam 67% do total de mulheres admitidas. Em 2019, os números reduziram para ambos os sexos, como apresentado na Tabela 2, homens com até 29 anos de idade representavam 51,1% do seu total, enquanto mulheres com a mesma faixa etária representavam 54%.

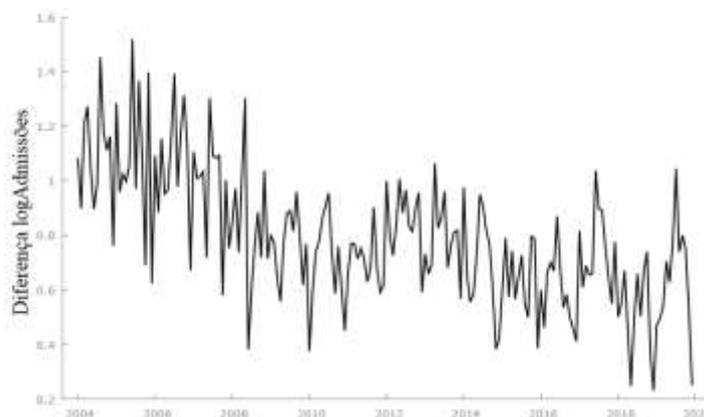
De acordo com os dados, é possível verificar que a admissão homens com idade entre 30 e 49 anos tiveram a maior variação positiva em relação ao ano inicial da pesquisa, aumentaram em 97,4%, frente ao aumento 35,2% para admissão de homens com até 29 anos de idade e aumento de 52% para admissão homens com 50 anos de idade ou mais.

Já para os dados femininos, os números causam ainda mais impacto. A maior variação positiva em relação ao ano inicial da pesquisa foi para a admissão de mulheres também com idade entre 30 e 49 anos, 253,3%. O aumento da participação feminina para as outras faixas etárias foram de 103,1% para mulheres com até 29 anos e 238% para mulheres com 50 anos de idade ou mais.

4.2 Modelo de previsão para convergência da igualdade de gênero

A Figura 8 representa a série temporal da diferença do log das admissões para homens e mulheres. É possível verificar que ao longo do período analisado de 2004 a 2019, apesar de existir uma considerável variabilidade existente nos dados, sugere uma tendência a reduzir a diferença entre as admissões de homens e mulheres para o mercado de trabalho formal no município de Santarém.

Figura 8. Série temporal da diferença do log das admissões para homens e mulheres entre 2004 e 2019.



Fonte: Autores.

Para construir um modelo ARIMA (p, d, q) que possa prever comportamento dos dados, é necessário verificar a estacionariedade da série de dados por meio da obtenção do valor de diferenciação do modelo. Esta constatação pode ser vista na Tabela 3 ao se aplicar o teste de raiz unitária DF-GLS na série em nível e na primeira diferença.

Tabela 3. Testes de raiz unitária em nível e na primeira diferença.

Teste em nível	DF-GLS
Com constante	0.0891191
Com constante e tendência	-176.951
Teste em primeira diferença	
Com constante	-14.62*
Com constante e tendência	-19.369*

*Significativo a 1%. Fonte: Autores.

O teste na série em nível indica a presença de raiz unitária, devido a não rejeição da hipótese nula no teste DF-GLS. A série se torna estacionária aplicando uma diferença. A ordem do modelo foi estimada pelo *software* R que determinou um ARIMA (0, 1, 1) que possui o menor valor para o Critério de Informação de Akaike, isto é, o modelo não possui termo autoregressivo, tem uma diferença e possui um termo do modelo de média móvel.

Tabela 4. Resultado do modelo ARIMA (0, 1, 1).

	Coef.	Erro-padrão	Z	p-valor
Const.	-0,0027404	0,0013904	-1,972	< 0,0487**
θ_1	-0,900962	0,0392111	-22,98	< 7.88e-117*
Normalidade	2,73687	-	-	-
LM	14,9955	-	-	-
ARCH	16,8681	-	-	-

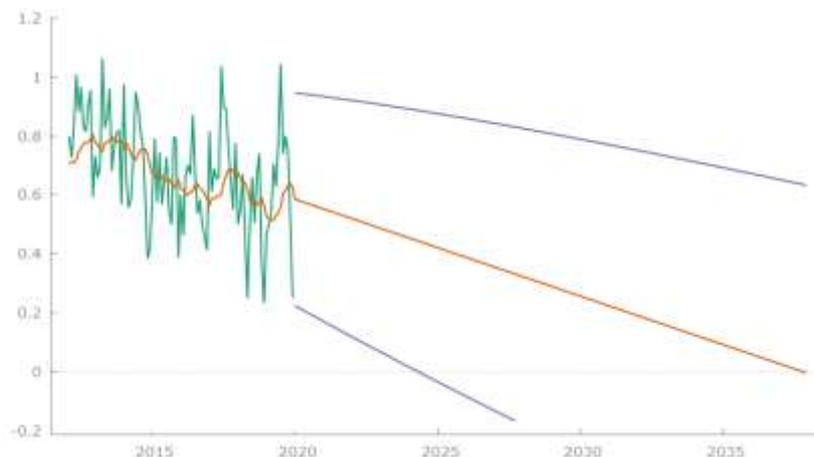
*Significativo a 1%, **significativo a 5%. Fonte: Autores.

A estimação do modelo ARIMA (0, 1, 1) para estimar a redução da diferença de inserção entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal de Santarém é apresentada na Tabela 4. Neste modelo, o coeficiente estimado θ_1 foi significativo. De acordo com os resultados do teste de normalidade, teste ARCH e teste LM, os resíduos estimados são um ruído branco, isto é, possuem normalidade, homoscedasticidade e ausência de autocorrelação.

O passo seguinte é utilizar o modelo ARIMA (0, 1, 1) para estimar quando a diferença entre as admissões femininas e masculinas seriam iguais, como pode ser visto na Figura 9. De acordo com a estimativa do modelo, a igualdade de gênero no mercado de trabalho santareno ocorrerá, em média, no mês de novembro de 2037. Um cenário mais pessimista utiliza o limite superior do intervalo de previsão e estima em julho de 2065. Portanto indica que a mulher terá a mesma participação no mercado de trabalho formal em Santarém.

O *Global Gender Gap Report* é um relatório sobre igualdade de gênero de 2020 do Fórum Econômico Mundial, que busca medir a diferença de participação no mercado de trabalho no mundo inteiro. A análise é baseada em uma metodologia que integra as últimas estatísticas realizadas por organizações internacionais e uma pesquisa de executivos. O relatório aponta que a equidade de gênero no ambiente de trabalho ainda é uma realidade distante. A área trabalhista foi a única a apresentar retrocessos e o estudo estimou em 2020 que seriam necessários aproximadamente 250 anos para que haja igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Em um cenário mais promissor, caso haja maiores taxas de desenvolvimento, na melhor das hipóteses, esse número baixa para 94,5 anos (World Economic Forum, 2020).

Figura 9. Estimação da diferença das admissões entre o sexo masculino e feminino.



Fonte: Autores.

É importante analisar que o relatório do Fórum Mundial de Economia de 2020 faz sua pesquisa em nível mundial, portanto, leva em consideração a realidade de países onde o mercado de trabalho difere da realidade do mercado de trabalho

brasileiro. Em termos sociais, vale ressaltar que em alguns países as mulheres ainda não possuem direitos plenos estabelecidos quanto aos locais em que se pode trabalhar ou direitos básicos como uma educação completa.

O relatório do Banco Mundial de 2018, intitulado “Mulheres, Empresas e Direito” mostrou que cerca de 2,7 bilhões de mulheres enfrentam pelo menos um tipo de restrição legal baseada em gênero. O relatório apresenta ainda que em Madagascar, as mulheres são autorizadas a trabalhar apenas em estabelecimentos familiares, ou seja, são proibidas de trabalhar no período da noite e em profissões que tenham que lidar com literatura ou outros objetos que possam ser considerados imorais para aquela dinâmica social. Esta realidade se estende a países da América Latina também, como na Argentina, onde mulheres não podem trabalhar na produção de licores ou destilação de álcool (World Bank Group, 2018).

De maneira geral, o modelo estimado para a convergência das admissões femininas e masculinas no mercado de trabalho santareno traz uma ótica positiva em relação ao cenário mundial. Isto se prova ao observar que a diferença do ano final da pesquisa para a projeção de convergência é de apenas 18 anos, e para o cenário mais pessimista, a diferença é de 46 anos. Portanto, ao se comparar a estimativa mais pessimista desta pesquisa com o a estimativa média realizada no relatório do Fórum Econômico Mundial, tem-se ainda vantagem de aproximadamente 204 anos.

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo principal investigar se existirá convergência para igualdade de gênero na participação do mercado de trabalho formal santareno, realizando uma análise por meio das admissões no período de 2004 a 2019.

Levando em consideração o grau de escolaridade dos indivíduos, os resultados obtidos mostram que no decorrer dos anos, os indivíduos com melhor grau de instrução tiveram melhor desempenho na inserção ao mercado de trabalho, visto que os índices para indivíduos que ingressaram no ensino médio, tendo finalizado ou não, aumentou em 192,9% para homens e 160,3% para mulheres em relação ao ano inicial de pesquisa. Dos indivíduos admitidos no mercado de trabalho que ingressaram no ensino superior, tendo finalizado ou não, desde o ano inicial dos dados analisados na pesquisa, verifica-se que homens admitidos tiveram um aumento de 178,4% e torna-se importante para essa pesquisa ressaltar que o aumento relacionado às admissões das mulheres com este mesmo grau de instrução foi de 229,8%.

Verificou-se que a tendência do mercado de trabalho formal santareno é reduzir mais ainda as diferenças de inserção entre homens e mulheres, chegando a um cenário ideal de igualdade nas admissões.

Após estimar o modelo, o resultado obtido aferiu que no ano de 2037, no mês de novembro, a diferença de admissões entre homens e mulheres será zero, ou seja, nos permite dizer que homens e mulheres serão admitidos de maneira igualitária, portanto, terão um número equivalente de inserção no mercado de trabalho de trabalho formal de Santarém. Em um cenário mais pessimista, o modelo estima que a diferença de admissões entre homens e mulheres será zero apenas no mês de julho do ano de 2065.

Analisando as dinâmicas do mercado de trabalho e principalmente tendo em vista o relatório do fórum mundial de economia que estima aproximadamente de 250 anos para que exista igualdade de gênero em postos de trabalho, entende-se que este trabalho pode apresentar parâmetros para que outros pesquisadores consigam realizar pesquisas no sentido de proporcionar uma opção de atuação para os dirigentes de seus municípios.

Através dos resultados obtidos nesta pesquisa, é possível compreender que, o fortalecimento de políticas públicas que trabalhem no sentido de fomentar a inclusão de jovens no mercado de trabalho, bem como dar aparato para que jovens e idosos (as) tenham qualificação técnica para assumir postos de trabalho, é de fundamental importância para o desenvolvimento dos municípios e em consequência, consiga proporcionar a redução da diferença de gênero no mercado de trabalho, observando que o número de mulheres com maior grau de escolaridade inseridas no mercado de trabalho formal santareno se manteve maior do que o número de homens.

Neste trabalho, é possível perceber que, apesar de ter obtido resultados satisfatórios, uma lacuna ficou aberta; o mercado de trabalho é dinâmico e amplo, limitar-se ao mercado de trabalho formal acaba por limitar o âmbito da pesquisa, visto que o mercado de trabalho informal também movimenta a economia e tem em seu escopo mulheres, mães que precisam sustentar suas famílias, mulheres chefes de família, trabalhadoras autônomas.

Portanto, entende-se que trabalhos futuros que possam ampliar o campo de pesquisa para abranger outros tipos de mercado de trabalho, como mercado informal, a produção rural e, ampliar também a área de estudo, trazendo uma ótica macro de todo o estado, por exemplo, venham a contribuir com este campo de pesquisa preenchendo possíveis carências na literatura atual.

Referências

- Barbosa, A. L. N. H. (2014). *Participação feminina no mercado de trabalho*. Boletim Mercado de trabalho brasileiro (Conjuntura e Análise nº 57).
- Barbosa, A. L. N. H., & Costa, J. S. M. (2017). *Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho do Brasil*. Boletim Mercado de Trabalho. (Conjuntura e Análise nº 62).
- Brandt, B. (1995). *Whole life economics: revaluing daily life*. Philadelphia: New Society Publishers.
- Bueno, R. L. S. (2011). *Econometria de séries temporais*. Cengage Learning, 320p.
- Cadernos de Formação de Formação. (2017). *Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica*. <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/caderno-3-web.pdf>.
- Costa, J. S. M. (2007). *Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Cott, N. F. (1987). *O fundamento do feminismo moderno*. Imprensa da Universidade de Yale.
- Cunha, M. S., & Vasconcelos, M. R. (2016). Fecundidade e participação no mercado de trabalho brasileiro. *Nova Economia*, 26(1), 179-206.
- EHLERS, R. S. (2007). *Análise de séries temporais*. In: Notas de aula de séries temporais. USP. <http://www.each.usp.br/rvicente/AnaliseDeSeriesTemporais.pdf>.
- Monteiro, F. K., & Grubba, L. S. (2017). A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. *Direito e Desenvolvimento*, 8(2), 261-278.
- Fernandez, B. P. M. (2018). Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. *Revista de Economia Política*, 38(3), p. 559-583.
- Freitag, R. K. (2015). *(Re) discutindo Sexo/gênero na sociolinguística*. In: Freitag, R. K., Severo, C. G. (orgs). *Mulheres, linguagem e poder: Estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. Edgard Blucher.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/santarem.html?>
- Kon, A. (2013). Mercado de trabalho, assimetrias de gênero e políticas públicas: considerações teóricas. *RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, n. 02, p. 33-58.
- Leone, E. (2018). *Participação das mulheres na atividade econômica em contextos de crescimento econômico e de recessão*. XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Poços de Calda/MG.
- Matos, R. S., & Machado, A. F. (2006). Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil (1987-2001). *Revista Econômica*, 8(1), 5-27.
- Medeiros, K. I. S., Souza, J. A. N., Costa, F. M.; Ferreira, F. D. S., & Silva, R. V. F. (2020). Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho do Rio Grande do Norte. *Estudo & Debate*, Lajeado, 27(1), p. 65-82.
- Morettin, P. A., & Tolói, C. M. C. (2006). *Análise de séries temporais*. (2a ed.). Edgard Blücher.
- Morettin, Pedro A. (2011). *Econometria Financeira: Um curso em séries temporais financeiras*. Bucher.
- Probst, R. E. (2003). *A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho*. Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG. https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf
- Ramos, L., Aguas, M. F. F., & Furtado, L. M. S. (2011). Participação Feminina na Força de Trabalho Metropolitana: O Papel do Status Socioeconômico das Famílias. *Economia Aplicada*, 15(4), p. 595-611.
- Rocha, C. R., & Keske, H. A. G. (2018). A importância da luta dos movimentos feministas no desenvolvimento da tipificação do feminicídio e na busca por igualdade entre os gêneros. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*. 4(1), 80 – 98.

Saffioti, H. (2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular. (3a.ed.), 528 p.

Santos, B. M., & Alves, J. S. (2016). A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho: Comparação entre Ontem e Hoje. *FABE em Revista*. Bertioga, v. 8. <http://www.fabeemrevista.com.br/8/integra/03.pdf>

Soares, V. (1994). Movimento feminista Paradigmas e desafios. *Estudos Feministas*, p. 11-24.

Soares, S., & Izaki, R. S. (2002). A participação feminina no mercado de trabalho. *Texto para discussão n° 923*.

Souza, E. S., & Santos, S. P. (2014). Mulheres no Mercado de Trabalho: Um estudo com estudantes universitários de uma faculdade particular de São Paulo. *E-FACEQ: revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós*, 3(3), p1-19. http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170427174739.pdf

World Bank Group. Women, Business and the Law (2018). <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/29498/9781464812521.pdf>

World Economic Forum. (2018). *The global gender gap report 2018*. Cologny: World Economic Forum. <https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2020>.